

Acessibilidade, inclusão e divulgação: análise das revistas indexadas na SCIELO

Fernanda Menezes
menezes.98.fernanda@gmail.com

Jimena Felipe Beltrão
jbeltrao@museu-goeldi.br

Recebido em: 29/11/2024

Aceito em: 04/03/2025

Resumo

Discute a questão da acessibilidade, inclusão e divulgação científica no âmbito do *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, concentrando-se na conformidade com os Critérios de Permanência da SciELO. Tem em vista examinar a execução de medidas para fomentar a acessibilidade nas plataformas de divulgação da revista e investigar a incorporação de recursos visuais e auditivos para aumentar a visibilidade e a diversidade no material divulgado. Discute conceitos ligados à acessibilidade digital, os princípios DEIA (Diversidade, Equidade, Inclusão e Acessibilidade) e FAIR (*findable, accessible, interoperable, and reusable* - localizável, acessível, interoperável e reutilizável.), bem como as políticas governamentais voltadas para a inclusão de indivíduos com deficiência no Brasil. Este é um estudo exploratório e descritivo, fundamentado na avaliação das práticas implementadas pelo BMPEG. *Ciências Humanas* para aprimorar a acessibilidade e inclusão em suas redes sociais.

Palavras-chave: acessibilidade; inclusão; divulgação; SciELO.

Accessibility, inclusion, and dissemination: an analysis of journals indexed in SCIELO

Abstract

This article discusses the issue of accessibility, inclusion, and scientific dissemination within the scope of the Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, focusing on compliance with the SciELO Permanence Criteria. It aims to examine the implementation of measures to promote accessibility on the journal's dissemination platforms and investigate incorporating visual and auditory resources to increase visibility and diversity in the disseminated material. It discusses concepts related to digital accessibility, the DEIA (Diversity, Equity, Inclusion, and Accessibility) and FAIR (Findable, Accessible, Interoperable, and Reusable) principles, and government policies aimed at the inclusion of individuals with disabilities in

Brazil. This is an exploratory and descriptive study, based on the evaluation of practices implemented by BMPEG to improve accessibility and inclusion on its social networks.

Keywords: accessibility; inclusion; dissemination; SciELO.

1 INTRODUÇÃO

O estudo discute a aplicação de medidas de acessibilidade, inclusão e promoção da ciência no *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, alinhado com os Critérios SciELO. A pesquisa está em sintonia com o aumento da demanda por periódicos científicos que se adéquam às normas internacionais, que buscam maior transparência e democratização científica. Discutindo como o *BMPEG. Ciências Humanas* pode estruturar suas práticas editoriais para fomentar uma inclusão e acessibilidade mais amplas. A pesquisa possibilita uma melhor compreensão dos princípios DEIA e FAIR, implementados em uma política editorial focada na visibilidade, impacto e replicabilidade e divulgação.

Desde 2018, o *BMPEG. Ciências Humanas* vem se esforçando para cumprir os requisitos da SciELO, Isso envolve a alteração do padrão bibliográfico da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para o padrão internacional da *American Psychological Association* (APA), bem como a implementação de políticas que assegurem a diversidade étnica, geográfica e de gênero (xxxxxx, Silva, 2020) Um elemento fundamental deste processo foi a disponibilização do processo de avaliação por pares, possibilitando a divulgação da identidade dos editores, conforme aconteceu em 2020. A conformidade com as diretrizes SciELO incentivou a implementação de práticas de comunicação aberta, que estão em consonância com os princípios da plataforma, como a clareza no processamento editorial e a partilha de informações (SCIELO, 2022).

A questão principal abordada diz respeito à acessibilidade, inclusão e expansão da visibilidade dos artigos, considerando particularmente as medidas postas em prática entre junho e dezembro de 2023 no contexto do Programa de Capacitação Institucional (PCI) do *Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ao longo deste período, conseguimos alcançar objetivos relacionados à divulgação científica utilizando o *Instagram*, uma plataforma sem custo e com funcionalidades de acessibilidade. Estas medidas seguem o artigo 8º do Decreto Federal no 5.296/2004, que assegura a acessibilidade nos meios de comunicação e exige a implementação de tecnologias assistivas e formatos acessíveis, visando promover a inclusão de indivíduos com deficiência (Brasil, 2004).

O objetivo da pesquisa é explorar como essas práticas de acessibilidade e inclusão, já em andamento nas redes sociais do *BMPEG, Ciências Humanas*, podem ser melhoradas e como isso pode afetar a visibilidade da revista, atraindo um público mais amplo. Já foram implementadas práticas como a utilização de texto alternativo no *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas*.

2 DIRETRIZES PARA ACESSIBILIDADE, INCLUSÃO E DIVULGAÇÃO

O *BMPEG. CH* introduziu funcionalidades de acessibilidade nas mídias sociais, tais como legendas, recursos visuais e auditivos. A introdução do *Instagram* na rede social simplificou o uso desses recursos. Além disso, essa plataforma atingiu um público mais vasto, que não estava familiarizado com o *BMPEG. Ciências Sociais*. Embora tenha havido progressos modestos e falta de referências em revistas científicas que empregam redes sociais e ferramentas de acessibilidade, o *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* se destaca. Desde o lançamento do *Instagram*, o *BMPEG. CH* mantém um compromisso contínuo com a acessibilidade do conteúdo. A instituição está sempre em busca de novos métodos para aprimorar a acessibilidade, inclusão e disseminação dos estudos divulgados.

Este compromisso está fundamentado nos "Critérios, políticas e procedimentos da *SciELO* Brasil", onde um dos requisitos para a continuidade é a aplicação dos princípios DEIA e FAIR, que abordam a inclusão e a acessibilidade. É crucial para esta causa a implementação de políticas públicas que garantam e fortaleçam os direitos. O decreto no 6.949, de 25 de agosto de 2009, promulgado pela Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, planeja garantir que todas as pessoas com deficiência possam usufruir de forma plena e equitativa de todos os direitos humanos e liberdades essenciais, além de fomentar o respeito à sua dignidade. O Decreto define pessoas com deficiência como aquelas que possuem limitações permanentes, sejam elas físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais, que, em conjunto com barreiras, podem dificultar sua participação plena na sociedade.

O decreto fornece algumas definições sobre comunicação e linguagem, incluindo que a 'comunicação' se refere às formas e tecnologias que simplificam a interação, enquanto a 'língua' engloba tanto as línguas faladas quanto as de sinais. Outros aspectos importantes incluem a 'discriminação' por deficiência, que se refere a qualquer exclusão ou limitação baseada em deficiência que impeça o reconhecimento ou uso dos direitos, assegurando a igualdade de oportunidades sem impor custos excessivos (Brasil, 2009).

Além do decreto no 6.949, de 25 de agosto de 2009, existem outras legislações que corroboram as ações para garantir que pessoas com deficiência tenham acesso a transportes, serviços públicos em geral, e especialmente a esta pesquisa, informação e divulgação. A Lei no 10.098, promulgada em 19 de dezembro de 2000 (Brasil, 2000), estabelece orientações gerais e critérios cruciais para promover a acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade limitada. Naquela época, estabeleceu-se um prazo para as construções serem aptas a oferecer acessibilidade, estabelecido pelo decreto no 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

Em 2015, a Lei nº 13.146, foi sancionada, A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência) é criada para garantir e promover, em igualdade de condições, os direitos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, visando à sua inclusão e cidadania (Brasil, 2015). Está legislação representa um marco importante na luta por uma sociedade mais justa e inclusiva.

Outro aspecto relevante é que, desde 2008, a televisão é obrigada, por lei, a fornecer legendas ocultas e audiodescrição, facilitando o acesso ao conteúdo para indivíduos com deficiência auditiva e visual. O Conade (Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência) trabalha para fomentar a inclusão, criando e monitorando políticas específicas para esse fim. O Guia para Adaptações de Acessibilidade estabelece diretrizes para assegurar que a programação televisiva seja adequada para diversos públicos, considerando suas demandas sensoriais e cognitivas. Entre as ferramentas de acessibilidade citadas, estão o *closed caption*¹, a tradução para Libras e a descrição em áudio, cujo objetivo é simplificar a comunicação e a inclusão de indivíduos com deficiência (Goerck, Areosa, 2021).

Conforme as práticas de comunicação de pesquisa da ciência aberta, o Programa *SciELO* tem se empenhado em aprimorar a acessibilidade da rede *SciELO*. O projeto começou na década de 1990, visando democratizar o acesso à produção científica através dos periódicos nacionais (Cabral *et al.*, 2020). A contínua dedicação reforça o compromisso de fomentar uma comunidade acadêmica mais inclusiva e equitativa. Este empenho e dedicação também são evidentes nos Critérios *SciELO* para a manutenção dos periódicos na base de dados.

Com o passar dos anos e a crescente conscientização da sociedade por meio desses movimentos, Cabral *et al.* (2020) confirma que houve um aumento na inclusão de indivíduos com deficiência nas comunidades acadêmicas. No entanto, ainda existe um obstáculo para que essas pessoas tenham acesso ao que é produzido no ambiente acadêmico. Ao examinar, todas as produções acadêmicas contemporâneas são realizadas em ambiente digital.

¹ Tecnologia que transmite legendas de conteúdos visuais, por exemplo, televisões, filmes.

A partir de 15 de maio de 2020, o Programa *SciELO* colabora com o Grupo de Pesquisa Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (IDEA) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), para debater e criar estratégias, políticas e práticas de curto, médio e longo prazo para melhorar a acessibilidade na *SciELO* (Cabral *et al.*, 2020). Os editores científicos desempenham um papel crucial neste aspecto, uma vez que sua contribuição é essencial para os periódicos serem gradualmente ajustados, conforme estabelecido nos Critérios *SciELO*, por meio do DEIA e FAIR.

Para além da acessibilidade e inclusão de indivíduos com deficiência, é crucial enfatizar a igualdade de gênero sob as perspectivas da *SciELO* e do *BMPEG. Ciências Humanas*. Segundo Fleury (2024), é necessário melhorar a ciência no que diz respeito ao rigor e à ética, implementando diretrizes que favoreçam a igualdade de gênero e sexo na investigação, como as orientações SAGER². Apesar de ferramentas estarem disponíveis para auxiliar nessa implementação, a adesão ainda não é amplamente disseminada. Os princípios DEIA³ são fundamentais na investigação e na redação científica, particularmente no campo da saúde. Ações subconscientes e implícitas podem resultar em discriminação, comprometendo a qualidade dos serviços e das pesquisas científicas. Para progredir, é necessário vencer obstáculos culturais e estimular a autopercepção, assegurando práticas mais conscientes.

A procura por inclusão e acessibilidade no ambiente acadêmico e científico é um trabalho constante que engloba tanto a aplicação de diretrizes quanto a formulação de políticas públicas destinadas a assegurar a igualdade de oportunidades. A incorporação de ferramentas de acessibilidade nas mídias sociais, a implementação de leis e regulamentos que garantem direitos, e a intervenção de programas como o *SciELO* demonstram o empenho em promover uma ciência mais inclusiva e democrática. Contudo, desafios persistem, tais como a exigência de maior sensibilização e a superação de obstáculos culturais. Para tornar a inclusão uma realidade, é crucial que instituições, editores e a sociedade em geral implementem práticas que fomentem a igualdade e o acesso irrestrito ao saber, enfatizando a relevância da diversidade e da justiça social do meio acadêmico.

O portal do grupo de pesquisa IDEA oferece diversas orientações e conteúdos gratuitos para aqueles que desejam aprofundar seus conhecimentos sobre acessibilidade ou conhecer iniciativas que tratem do assunto. O site possui acessibilidade e é de fácil utilização. A seção de matérias destaca três áreas. Acessibilidade em Ambientes Virtuais, Acessibilidade para Pessoas com Deficiência Visual; e Acessibilidade para Pessoas Surdas ou com Deficiência Auditiva. Cada uma dessas áreas disponibiliza, de maneira acessível, guias para websites, descrição de imagens e estudos acadêmicos que discutem temas pertinentes (IDEA, 2017).

Portanto, a acessibilidade digital não se restringe apenas a indivíduos com deficiência, trata-se de oferecer ferramentas e soluções para os conteúdos serem facilmente entendidos pela maior quantidade de indivíduos possível, assegurando que redes sociais, blogs, sites e outros registros digitais sejam interpretados por tecnologias assistivas (Curvelo, 2022). Segundo informações do IBGE, 3,4% dos brasileiros possuem algum grau de deficiência visual, enquanto 2,3% possuem algum grau de surdez (IBGE, 2021). Esses tipos de deficiência requerem recursos e assistência específicos, necessitando de atenção e disseminação de informações. Ao produzir conteúdo para as redes sociais *Instagram* ou *Facebook*, há ações específicas que podem ser implementadas para aprimorar a acessibilidade, mesmo que a deficiência visual seja uma condição variada e as soluções não possam ser adequadas para todos. A produção do conteúdo pode ser facilitada com algumas ações, como a simplificação do contraste entre a imagem e o fundo, entre as letras e o fundo, a utilização de fontes sem serifa e o aumento do tamanho da fonte. Adicionalmente, as informações devem ser apresentadas de forma clara, precisa, estruturada e intuitiva, com mínimo ou nenhum efeito visual que possa causar confusão (UFPB, 2021).

² Equidade de Sexo e Gênero na Pesquisa (*Sex and Gender Equity in Research* - SAGER).

³ Diversidade, Equidade, Inclusão e Acessibilidade (DEIA).

O *BMPEG. CH* é utilizado para as publicações em mídias sociais. O campo das Ciências Humanas escolheu cores de fundo mais escuro, que não interferem na leitura nem provocam desconforto visual. Adicionalmente, melhorou o formato das legendas para tornar a descrição do conteúdo apresentado mais fácil. O fluxo de postagens nas mídias sociais inclui resumos de cada artigo divulgado, assegurando que o conteúdo da revista seja comunicado de forma clara e integral a todos os interessados no *BMPEG. CH* almeja atingir.

Ao discutir a descrição, é crucial informar ao público das redes sociais que as postagens contêm uma descrição das imagens, utilizando *hashtags* como *#paratodosverem* ou nos locais destinados a texto alternativo nas plataformas de mídia social. É crucial considerar a inserção de informações adequadas para a compreensão da imagem. Questione-se: o que está sendo apresentado? Quem é visto na fotografia? Qual é a situação? (UFPB, 2021). Essas questões auxiliam na formação de uma lógica para uma descrição precisa e eficaz para indivíduos com deficiência.

Com base no que foi discutido e trabalhado, o Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi alcançou um novo nível na disseminação de ciência mais inclusiva, seguindo os critérios estabelecidos pela *SciELO. BMPEG. Ciências Humanas* está sempre em busca de aprimoramento em suas práticas, procurando atualizações sobre acessibilidade, inclusão e promoção orgânica. Em seguida, apresentaremos uma lista de 13 revistas que abordam temas relacionados ao *BMPEG. CH* e se possuem alguma funcionalidade de acessibilidade, inclusão e promoção.

Quadro 1 - Revistas com temática comum ao BMPEH.CH.

LEVANTAMENTO DAS REVISTAS			
Revistas	Facebook	Instagram	Acessibilidade Inclusão Divulgação
<i>Comechingonia: Revista de Arqueologia (Argentina)</i>	Sim	Sim	Não
<i>Intersecciones en Antropología (Argentina)</i>	sim	sim	Não
<i>ALFA: Revista de Linguística (Brasil)</i>	não	não	Não
<i>DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada (Brasil)</i>	sim	sim	Não
<i>Horizontes Antropológicos (Brasil)</i>	sim	sim	Não
<i>Mana: Estudos de Antropologia Social (Brasil)</i>	sim	sim	Não
<i>Revista de Antropologia/USP (Brasil)</i>	sim	sim	Não
<i>Revista Brasileira de Linguística Aplicada (Brasil)</i>	não	não	Não
<i>Tempo Social: Revista de Sociologia da USP (Brasil)</i>	não	sim	Não
<i>Trabalhos em Linguística Aplicada (Brasil)</i>	não	sim	Não
<i>Anthropologica: Departamento de Ciencias Sociales (Peru)</i>	sim	sim	Não
<i>Lexis (Peru)</i>	não	não	Não
<i>Revista Uruguaya de Antropología y Etnografía (Uruguai)</i>	não	não	Não

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Os dados apresentados no quadro foram obtidos através da consulta aos sites das revistas, especificamente nas áreas 'Sobre a Revista', 'Instruções aos Autores' e 'Política Editorial'. Adicionalmente, conduziu-se uma pesquisa nas redes sociais *Instagram* e *Facebook*, uma vez que nem todas as revistas fazem referência ao uso de redes sociais em seus sites.

Ao examinar as 13 revistas, observou-se que apenas sete têm perfis no *Facebook* e no *Instagram*; duas apenas no *Instagram*, e quatro não usam nenhuma dessas plataformas. Em relação aos sites das revistas, nenhuma informação relacionada à acessibilidade, inclusão ou

divulgação acessível foi identificada. Igualmente, nas redes sociais dessas revistas, não foram encontradas evidências de práticas de acessibilidade, como a utilização de #paratodosverem ou outros recursos que promovam a acessibilidade.

Em particular, no *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Apesar de ainda não ter sido ajustada a política editorial para incorporar informações sobre acessibilidade, todas as redes sociais da revista estão devidamente identificadas como conteúdo acessível. Adicionalmente, os escritores são informados por e-mail sobre a divulgação de vídeos e a iniciativa de tornar o conteúdo da revista mais compreensível.

3 VISITAS EM INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS⁴

A educação especializada para pessoas com deficiência visual e auditiva desempenha um papel fundamental na inclusão e no desenvolvimento desses indivíduos. No Pará, duas instituições se destacam nesse contexto: o Instituto José Álvares de Azevedo e a Unidade Educacional Especializada Astério de Campos. Fundadas em diferentes décadas, ambas as instituições têm como objetivo principal promover a autonomia e a inclusão de seus alunos, oferecendo um ensino de qualidade e adaptado às suas necessidades específicas.

O Instituto José Álvares de Azevedo, com sua longa trajetória, é referência no atendimento a pessoas com deficiência visual, oferecendo uma ampla gama de serviços, desde a alfabetização até a preparação para o mercado de trabalho. A instituição utiliza recursos tecnológicos inovadores e conta com uma equipe de profissionais altamente qualificados. Por sua vez, a Unidade Educacional Especializada Astério de Campos se destaca por seu trabalho com alunos com deficiências múltiplas, como surdez e autismo, associadas à deficiência visual. A instituição oferece um atendimento personalizado e utiliza tecnologias assistivas para facilitar a comunicação e o aprendizado.

Ambas as instituições demonstram um compromisso com a utilização de recursos tecnológicos e pedagógicos inovadores para atender às necessidades específicas de seus alunos. O Instituto José Álvares de Azevedo, por exemplo, destaca o uso do software livre Dosvox e do NVDA, enquanto a Unidade Educacional Especializada Astério de Campos enfatiza a importância de aplicativos como Vlibras e *Hand Talk* para a comunicação em Libras. Essa diversidade de recursos demonstra a adaptabilidade de cada instituição em encontrar soluções eficazes para promover o aprendizado e a inclusão.

Além dos desafios financeiros comuns a ambas as instituições, a falta de profissionais especializados em educação especial e a necessidade de uma maior integração com a rede regular de ensino são obstáculos a serem superados. A pandemia da COVID-19 trouxe novos desafios para a educação, exigindo que as instituições se adaptassem rapidamente ao ensino remoto e híbrido. Nesse contexto, a importância da formação continuada dos professores e a busca por novas soluções tecnológicas se tornaram ainda mais evidentes.

No que diz respeito às perspectivas futuras, ambas as instituições demonstram um grande potencial para continuar crescendo e se desenvolvendo. A expansão dos serviços oferecidos, a criação de novas parcerias e a busca por recursos financeiros são algumas das ações que podem contribuir para o fortalecimento dessas instituições e para a melhoria da qualidade de vida de seus alunos.

4 EXPLORANDO DIFERENTES FORMATOS DE PUBLICAÇÕES

Quando a divulgação científica é apresentada em redes sociais digitais, ela precisa incorporar outros atributos para se ajustar às demandas desse ambiente. Esta foi uma das diversas ações que integram o plano de trabalho, conforme ensinado por Bakhtin (2010) em sua teoria dialógica elaborada pelo círculo de Bakhtin: trata-se de direcionar a linguagem para o interlocutor, isto é, para aquele com quem estamos nos comunicando. Uma característica

⁴ O contato com as instituições ocorreu entre junho e outubro.

notável desta teoria é que as 'relações construtivas', que constituem a base deste pensamento, são descritas como: Eu para mim: Como eu vejo e me entendo; Eu-para-o-outro: Como eu me comunico e me apresento para os outros; Outro-para-mim: Como os outros me veem e se comunicam comigo.

Segundo Bakhtin, a linguagem é fundamentalmente dialógica, voltada para a interação com o próximo, e sua compreensão exige a consideração das relações individuais e não repetitivas. Ao aplicar essa teoria na divulgação científica, temos uma linguagem que se adapta para se adequar aos indivíduos que a interagem.

Conforme relatado pelo *blog Cediciências* em um artigo de Ana Arnt (Arnt, 2021), a sociedade se apoia na ciência e tecnologia, porém não consegue entender completamente essas duas áreas, gerando riscos, como os altos níveis de notícias falsas. A ciência deve ser percebida como um instrumento prático que auxilia no pensamento e na ação, por isso, a disseminação do conhecimento científico é essencial para a formação de uma sociedade independente. Também é crucial a prática do diálogo, o pesquisador/cientista não deve ser considerado um indivíduo isolado da sociedade. A comunicação científica é um processo entre o ambiente acadêmico e a sociedade.

Além disso, a ciência é reconhecida como um direito universal, possibilitando que as pessoas questionem e analisem informações de forma crítica, prevenindo assim as teorias conspiratórias. A disseminação do conhecimento científico é crucial socialmente para a investigação ser reconhecida como uma atividade profissional, tanto no âmbito acadêmico quanto fora dele. É importante destacar que o cientista é um participante social e político engajado na criação de uma sociedade mais justa (Arnt, 2021).

As plataformas de mídia social requerem a criação constante de conteúdo para manter o nível de envolvimento. Em uma publicação científica, tal como a *BMPEG. CH*. Embora o fluxo de publicação seja constante, existem períodos estabelecidos para a divulgação dos artigos. Apesar disso, o processo editorial necessário para a preparação e publicação dos artigos inclui diversas fases, o que pode resultar em um intervalo sem atualizações nas redes sociais. No que diz respeito ao envio de vídeos pelos autores, nota-se que nem todos aderem a esta modalidade. Entende-se que problemas de segurança tornem a gravação impraticável para alguns, contudo, existe um grupo considerável de escritores que poderia contribuir, mas ainda mostra resistência em fazê-lo.

Em face dessas circunstâncias, sugere-se a produção de conteúdo ligado a tópicos correlatos do campo das Ciências Humanas, visando manter as redes sociais sempre atualizadas. O objetivo é discutir temas pertinentes ao campo, que beneficiem o público que segue o *BMPEG. Ciências Humanas* nas mídias sociais. Em 2025, a intenção é incorporar temas informativos como: publicação constante, processo de submissão, mulheres na ciência e patrimônio cultural, além de recursos de acessibilidade, como áudios e vídeos com os resumos dos artigos publicados, além de outros assuntos relacionados à revista.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo conclui que o Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi é uma publicação confiável. O campo das Ciências Humanas tem feito progressos significativos na aplicação de práticas de acessibilidade e inclusão, cumprindo os critérios estabelecidos pela *SciELO*. A implementação de ferramentas visuais e auditivas nas plataformas digitais da revista, como legendas, proteção de imagens e vídeos com a participação dos autores, ajuda a expandir a visibilidade e acessibilidade do material publicado. Tais medidas demonstram um empenho gradativo na democratização do saber científico, assegurando que um público mais vasto, incluindo indivíduos com deficiência, possa ter acesso e interagir com os estudos divulgados pelo *BMPEG. CH*.

Ademais, o estudo indica que o processo de abertura da avaliação por pares, apesar de ainda estar em adaptação, representa uma chance valiosa para ampliar a transparência e

aprimorar a qualidade das revisões. Contudo, os achados sugerem haver obstáculos consideráveis na execução completa dessas práticas, particularmente em relação à exposição da identidade dos avaliadores e à aceitação dos autores em participar com vídeos. A oposição de alguns escritores e a inquietação com questões de segurança, particularmente em assuntos delicados, constituem desafios que precisam ser vencidos.

No que diz respeito à inclusão, o estudo propõe que o *BMPEG. Ciências Humanas* prossiga na busca por novas colaborações com entidades especializadas em acessibilidade, como o Instituto Álvares de Azevedo, e elabore guias e tutoriais que estimulem os pesquisadores a utilizarem ferramentas acessíveis em seus estudos. Portanto, conclui-se que o *BMPEG. CH* está no caminho adequado para se estabelecer como um periódico acessível e inclusivo, em consonância com as diretrizes internacionais de comunicação aberta e acessibilidade científica. No entanto, ainda existe margem para melhorias, assegurando uma maior participação e engajamento da comunidade científica e do público em geral.

REFERÊNCIAS

ARNT, A. Fazer divulgação científica por quê? *Cediciências* [blog], [s. l.], 2021. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/cediciencias/2021/11/19/fazer-divulgacao-cientifica-por-que/>. Acesso em: 23 maio 2024.

BAKHTIN, M. Para uma filosofia do ato responsável. Tradução do italiano de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, [1919/20] 2010.

BELTRÃO, Jimena Felipe; SILVA, T. da C. **Guia de processamento editorial em periódico científico**: a experiência do Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas no uso da plataforma ScholarOne. Belém, 2020. Disponível em: <http://editora.museu-goeldi.br/%20humanas/>. Acesso em: 11 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Diário [da] República Federativa do Brasil, 26 ago. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 31 maio 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário [da] República Federativa do Brasil, 2 dez. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 31 maio 2024.

BRASIL. **Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário [da] República Federativa do Brasil, 20 dez. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098. Acesso em: 30 maio 2024.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial [da] República Federativa do

Brasil, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 30 maio 2024.

CABRAL, L. S. A.; DAMACENO, R. J. P.; SANTOS, S.; FONSECA, G.; MENDONÇA, A. Rede SciELO e acessibilidade: ênfase sobre as políticas, produtos e serviços [online]. **SciELO em Perspectiva**, 2020. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2020/08/07/rede-scielo-e-acessibilidade/>. Acesso em: 2 jun. 2024.

CODOVIL, M. O. P. **Entrevista**: Instituto José Álvares de Azevedo, 2002. Disponível em: http://antigo.ibr.gov.br/images/conteudo/revistas/benjamin_constant/2002/educacao-22-agosto/Nossos_Meios_RBC_RevAgo2002_Entrevista.pdf. Acesso em: 20 jul. 2024.

CURVELO, R. **Acessibilidade digital**: como criar conteúdos inclusivos e por que eles são importantes para sua estratégia. Disponível em: <https://br.hubspot.com/blog/marketing/acessibilidade-digital>. Acesso em: 31 jul. 2024.

FLEURY, H. J. A influência de vieses implícitos na adoção dos princípios DEIA [online]. **SciELO em Perspectiva**, 2024. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2024/01/24/a-influencia-de-vieses-implicitos-na-adocao-dos-principios-deia/>. Acesso em: 19 ago. 2024.

GOERCK, C. S.; AREOSA, S. V. C. Implementação da política de acessibilidade comunicativa: o segmento televisivo em canais abertos de veiculação estadual. **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 44, n. 2, p. 215-232, maio/ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-58442021212>. Disponível em: <http://orcid.org/0000-0002-2031-4889>. Acesso em: 19 ago. 2024.

Grupo de Pesquisa Identidades, **Deficiências, Educação e Acessibilidade** – IDEA. Acessibilidade digital. **IDEA**, 2017. Disponível em: <https://www.idea.ufscar.br/materiais/acessibilidade>. Acesso em: 12 abr. 2024.

IBGE. **PNS 2019**: país tem 17,3 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31445-pns-2019-pais-tem-17-3-milhoes-de-pessoas-com-algum-tipo-de-deficiencia>. Acesso em: 31 jul. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DA PARAIBA (IFPB). **Comunicação Acessível para Pessoas com Deficiência Visual nas Redes Sociais**. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/assuntos/fique-por-dentro/comunicacao-acessivel-para-pessoas-com-deficiencia-visual-nas-redes-sociais>. Acesso em: 31 jul. 2024.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico (CNPq), ao Programa de Capacitação Institucional (PCI) do Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG/MCTI.